

-----**ACTA N.º 220**-----

----- Aos catorze dias do mês de dezembro de dois mil e doze, nesta vila de Sever do Vouga e Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal, ordinariamente, sob a presidência de Dr. José Manuel Barbosa de Almeida e Costa, que a convocou ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 54º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.-----

-----**Ordem de Trabalhos**-----

1 – Período de antes da Ordem do Dia-----

- 1.1 – Comunicação escrita do Presidente da Câmara-----
- 1.2 – Correspondência-----
- 1.3 – Acta n.º 218, de 28 de setembro de 2012-----
- 1.4 – Acta n.º 219, de 29 de outubro de 2012-----
- 1.5 – Intervenções-----

2 – Período da Ordem do Dia-----

- 2.1 – Mapa de Pessoal 2013-----
- 2.2 – Estrutura dos Serviços - Revisão-----
- 2.3 – Vougapark – Dissolução, Liquidação e Partilha-----
- 2.4 – Orçamento e Grandes Opções do Plano - 2013-----

3 – Outros Assuntos-----

- 3.1 – Protocolo entre o Município e a Rodoviária da Beira Litoral, S.A.-----

4 – Período Destinado ao Público-----

----- Passava pouco das dezassete horas quando o presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão.-----

----- Seguidamente, o presidente deste órgão solicitou ao primeiro secretário para proceder à chamada e verificar se havia quórum.-----

----- Depois de realizada a chamada, constatou-se a presença dos membros:-----

- 1. Albino Tavares de Pinho -----
- 2. Alexandre Paulo Tavares Machado -----
- 3. Álvaro Pinho Duarte -----
- 4. Ana Raquel Machado e Costa -----
- 5. António Manuel Martins de Bastos -----
- 6. António da Silva Portela -----
- 7. Belmiro Manuel Marques -----
- 8. Carlos Alexandre Arede da Silva -----
- 9. Cipriano de Arede Nogueira -----
- 10. Claudino da Fonseca Soares -----
- 11. David Dias Cabral -----
- 12. David da Silva Alves -----
- 13. Ercília Maria Marques Pedro -----
- 14. Harolde Soares da Silva Balaia -----
- 15. Isabel Maria Soares dos Santos -----
- 16. Joana Patrícia da Silva Rodrigues -----
- 17. João Pereira Henriques -----
- 18. José Carlos Ribeiro de Sousa -----
- 19. José Luís da Silva e Almeida -----
- 20. José Manuel Barbosa de Almeida e Costa -----
- 21. Júlio Martins Fernandes -----
- 22. Manuel Eduardo Nogueira Dias da Silva -----
- 23. Marco Nuno Tavares Rocha -----
- 24. Mário Coutinho Martins -----
- 25. Nuno Miguel Pereira Martins Ferreira -----
- 26. Renata Liliana da Costa Marques -----
- 27. Rui Manuel de Jesus Nunes -----

28. Rui Manuel Pires da Silva -----

29. Sandra Henriques da Silva -----

----- Faltou à sessão Cláudia Maria Rodrigues da Silva. -----
----- Foi apresentada a justificação da falta dada pelo Presidente da Câmara Municipal. ----
----- Da Câmara Municipal foram registadas as presenças de António José Martins Coutinho, Vice-Presidente; Raul Alberto da Conceição Duarte; Maria Elisabete Martins Henriques, João Miguel Tavares de Almeida e Acácio Rodrigues Barbosa, Vereadores.-----
----- Seguidamente, passou-se ao primeiro ponto da ordem de trabalhos desta sessão.-----

----- **1 – Período Antes da Ordem do Dia**-----

1.1 – Comunicação Escrita do Presidente da Câmara: Foi apresentado o documento e dada a palavra ao Vice-Presidente da Câmara que deu uma explicação relativamente ao conteúdo do mesmo. -----
Atendendo ao facto de não terem sido colocadas questões, passou-se ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.-----

1.2 – Correspondência:-----

----- Foi lida a justificação da impossibilidade do presidente da câmara estar presente nesta sessão. -----

1.3 – Acta n.º 218, de 28 de setembro de 2012: - Foi submetida à apreciação a acta n.º 218, oportunamente remetida aos membros da Assembleia Municipal, tendo ficado dispensada a sua leitura.-----

----- Depois de colocada a acta da sessão anterior à apreciação a mesma foi aprovada, por maioria, com as abstenções de António Manuel Martins de Bastos e José Luís da Silva e Almeida.-----

1.4 – Acta n.º 219, de 29 de outubro de 2012: - Foi, de igual modo, submetida à apreciação a acta n.º 219, remetida aos membros, tendo a mesma sido lida aos presentes pelo presidente da Assembleia Municipal, visto não ter sido submetida com a antecedência necessária para uma leitura atenta do documento. -----

----- Depois da sua leitura, a mesma foi aprovada, por maioria, com as abstenções de Isabel Maria Soares dos Santos e Nuno Miguel Pereira Martins Ferreira.-----

----- O presidente da Assembleia Municipal solicitou aos membros que pretendiam inscrever-se para intervir no período de antes da ordem do dia, que transmitissem essa intenção, com vista a realizar-se o registo por ordem de inscrição.-----

----- Após a anotação de todos os registos, passou-se ao período de intervenções.-----

1.5 – Intervenções:-----

Foi dada a palavra a **Álvaro de Pinho Duarte**, que disse haver um erro na comunicação do presidente da Câmara, pois a mesma classifica a Travessa da Quinta do Barco, em Paradela, como sendo uma obra em execução.-----

O Vice-presidente da Câmara explicou que essa obra está inserida num grupo de obras que integram uma única empreitada adjudicada e as obras numa parte desse grupo já foram iniciadas. -----

Feito esse esclarecimento, foi dada a palavra a **Joana Patrícia da Silva Rodrigues**, que começou a sua intervenção por dizer que sabe que as águas já não são da tutela da Câmara Municipal, mas viria apelar ao senhor Vice-presidente da Câmara para intervir junto da AdRA no sentido de resolverem as constantes falhas de água na freguesia de Couto de Esteves. Isso, porque a Câmara é a única entidade capaz de interceder a favor dos Coutenses. Disse que a situação tornou-se insustentável, inadmissível e vergonhosa. Afirmou que as falhas de água têm sido constantes e duradouras e que se prolongam ao longo de dias inteiros com um enorme prejuízo para a população e comércio local. Informou que, quando a população ou o senhor presidente da Junta de Freguesia ligam para a AdRA ainda ouvem respostas que demonstram uma enorme falta de respeito pela dignidade daquela entidade. Afirmou que a situação tem-se arrastado desde o início do ano, mas desde novembro que se tornou insustentável. Exemplificando, disse ter havido ruturas de água com perdas de água em toda a tarde do dia nove, na manhã do dia dez e em todo o dia doze do mês de novembro. Depois disto, dirigiu-se a Aveiro, fez uma exposição no livro de reclamações e na mesma semana ligaram-lhe a dizer que o problema se devia à falta de pressão no seu estabelecimento. Mais referiu ser do conhecimento geral que as

falhas de água são constantes e gerais nas habitações, cabeleireiras, cafés, restaurantes, casas de turismo rural, extensão de saúde e demais estabelecimentos. “E toda a gente sabe qual é a origem do problema e que a AdRA teima em não resolvê-lo. Anda a tapar o sol com a peneira, permitam-me a expressão”. Continuou, dizendo que, perante esta passividade, não lhe resta mais nada se não apelar ao senhor Vice-presidente da Câmara que tome alguma posição. Espera, sinceramente, que este não seja mais um caso que só se resolve com a ajuda da comunicação social, porque a população e a Junta de Freguesia estão dispostas a essa medida se for o último recurso. Por outro lado, e como profissional da área da saúde que é, disse não poder ficar indiferente ao facto de verificar que, diariamente, transportam a água para o depósito em camiões cisterna, água essa com proveniência duvidosa, o que coloca em perigo a saúde pública. Disse poder afirmá-lo porque tem um desionizador na parede que transforma a água da corrente em água destilada e fica incrédula quando vê a quantidade de lodo e impurezas que, por vezes, vêm na água. “Os filtros não mentem. Será isto água humanamente consumível como a AdRA afirma orgulhosamente nos seus LCD’s da delegação em Aveiro? Aqui fica a dúvida.” Naquela semana, quando recebeu o tal telefonema relativo à sua reclamação, a senhora teve a displicência de lhe garantir que, durante o ano de 2012, nenhum camião cisterna tinha transportado água para a freguesia de Couto de Esteves. “Estará a população do Couto a ter alucinações quando vê, diariamente, os camiões da Águas de Portugal, ou dos bombeiros, transportarem água para a freguesia? Respondi apenas “nem sequer vou comentar, minha senhora”.” Naquela segunda-feira foi-lhe reportado, por uma comerciante local, que a água voltou a falhar o dia todo e, obviamente, vieram camiões cisterna. Disse que a população está frustrada e revoltada com esta situação que se prolonga há demasiado tempo e tem sido alertada para este facto inúmeras vezes. Têm-lhe pedido que, de alguma forma, use a sua experiência pessoal e a sua posição de deputada municipal para intervir a favor dos Coutenses, porque foi com esse intuito que foi eleita. Afirmou que a água é um bem de primeira necessidade e não um bem de luxo e os Coutenses não podem ser privados dela. Finalmente, algo mais a acrescentar é o facto da AdRA ter prometido a água aos lugares mais desfavorecidos e alguns empresários que investiram no alojamento rural, até hoje, não viram nada disto cumprido. As promessas caíram, simplesmente, no vazio.-----

Seguidamente, foi dada a palavra a **Rui Manuel Pires da Silva**, que disse desconhecer a situação que Joana Rodrigues referiu e ser de lamentar essa situação, ainda mais com o preço a que é cobrada, subscrevendo a intervenção da deputada. Aquando da última Assembleia Municipal, a sua pessoa, na qualidade de deputado municipal e cidadão, foi alvo de críticas por fazer política da forma que entende ser correta. Lamenta que a população em Sever do Vouga não respeite, de certa forma, o trabalho que aquela casa faz. Tem assistido, na opinião pública, a críticas de quem faz e de quem não faz. A própria comunicação social fez o favor de noticiar que a última Assembleia Municipal serviu para jogar dois mil e quinhentos euros fora e que mais nada trouxe àquela casa e que a democracia tem um preço no valor gasto. Quis dizer ao senhor presidente que, da sua parte, e que não fiquem qualquer tipo de dúvidas, porque está na política e não precisa dela para viver, está na política por convicções e valores e quando deixar de acreditar nisso, abandona a carreira política. Informou ao senhor presidente que, tenciona entregar a sua senha de presença da sessão extraordinária a um organismo de solidariedade do Município para que a comunicação social e o órgão que noticiou isso, que não está presente hoje, curiosamente, fez questão de dizer que a única coisa que o PSD fez naquela sessão foi jogar dinheiro fora. Mas, não podia admitir que tal aconteça, porque não aceitam que o poder político interfira nos órgãos de comunicação social, mas a comunicação social pode interferir, opinar, denegrir, difamar quem entenderem e nada lhes acontece, por isso quis deixar só esta pequena reflexão e lamentar essa situação, porque ele próprio e o PSD não brincam às Assembleias Municipais, e acreditava que ninguém ali está a brincar à política e achava que, de uma vez por todas, as pessoas e a comunicação social têm de aprender a respeitar aquilo que é um direito consagrado na constituição e era com base nesse direito que ali estavam. Posto isto, perguntou ao Vice-presidente se já tem as contas da Ficavouga, como pediu em tempos, porque segundo disse o presidente da câmara aquele evento não é sustentável e já devia ter acabado há muito tempo e gostava de saber se, de

facto, havia assim um encargo tão elevado com a realização daquela atividade. Por último, solicitou uma vez mais, para que o site da autarquia, na parte das actas da Assembleia Municipal, seja atualizada.-----

Passou-se para a intervenção de **José Luís da Silva e Almeida** que desejou um bom Natal e um ano novo cheio de sucesso. Quis dar conhecimento que está a ser desenvolvido um trabalho para prestar homenagem a alguns severenses de reconhecido mérito e coletividades locais, mas o deputado Rui Silva não conseguiu reunir o seu partido para fazer a aprovação disso, portanto, de alguma forma, quis pedir desculpa aos outros elementos que já tinham dado a sua anuência pois, hoje não vamos poder avançar com essa proposta. Agradeceu às outras pessoas que têm colaborado neste processo e ao Rui Silva também, bem sabendo que não foi por vontade dele. Acabou dizendo que era só para dar um ponto de situação sobre este processo, porque a última vez que foi prestada uma homenagem a coletividades e a severenses foi em 2005.-----

Seguidamente, **Renata Liliana da Costa Marques** fez uso da palavra para fazer um convite a todos os presentes, para participarem numa festa a realizar-se no final da sessão, pelas 21:30, no Centro das Artes e do Espectáculo, que é uma ação de solidariedade onde a receita reverte a favor dos Bombeiros.-----

Começando pela intervenção da deputada Joana Rodrigues, o vice-presidente **António José Martins Coutinho** disse que a falta de água em Couto de Esteves é uma situação que o preocupa, tal como aos Coutenses e têm feito todos os possíveis para que essa situação se altere. Disse que surgiu da impossibilidade de captação numa instalação com canalização antiga, onde foi degradando e o reservatório passou a ser abastecido pelos furos existentes na sua proximidade. Referiu que, nos últimos tempos, tem sido uma coincidência estas falhas serem à segunda-feira e que, naquela segunda-feira não teve nada a ver com a falta de água na nascente, mas sim com a avaria na bomba elevadora de um dos furos. De qualquer maneira, já solicitou uma audiência à administração da AdRA, não só para resolver este problema, mas também outros problemas que têm a ver com os investimentos, nomeadamente, como também refere na sua intervenção. Os nove municípios tinham um plano de investimentos até 2014, e o nosso concelho era o que tinha mais investimento previsto. O que aconteceu foi haver a suspensão de fundos comunitários, que agora começam a ser desbloqueados e está a ser ajustado o plano de investimentos. Disse já ter anunciado a alguns dos presidentes de Junta presentes o que é que se ia passar e sabe que, em relação ao saneamento em Talhadas, é um dos investimentos que está para avançar e, se calhar, primeiro do que outros que estavam previstos, como eram os casos de Silva Escura e Dornelas. Tem informação de que a AdRA já está a fazer pesquisa para uma nova captação de água como solução para os novos locais de abastecimento de água que estão previstos, como Lourizela, Couto de Baixo e outros lugares da freguesia de Couto de Esteves. É uma resolução que leva o seu tempo. Entretanto, a questão das cisternas é aquela que tem que se manter, porque não há outra forma de se resolver isto no imediato, não sendo, de forma alguma, a mais adequada. A questão da água duvidosa não existe. A água que é transportada nas cisternas é retirada da rede de abastecimento público.-----

Joana Patrícia da Silva Rodrigues interpelou para dizer que há imensa gente que viu ir buscar a água diretamente ao rio e levar diretamente ao reservatório.-----

O **Vice-presidente António José Martins Coutinho** disse que o fizeram numa altura, mas o que lhe têm dito agora é que a água vem da estação de Carvoeiro ou é retirada aqui da rede e o executivo está a fazer todos os possíveis para que se chegue a uma solução rapidamente. Relativamente às situações apresentadas pelo membro Rui Pires e continuando com o tema sobre a AdRA, disse que os preços da água não são definidos pelo Município e talvez venham a aumentar ainda mais, porque quando houver privatização como se noticia, há a possibilidade dos tarifários subirem tendencialmente. Quando se aderiu à AdRA já se sabia que seria assim, porque se partiu de um tarifário baixíssimo comparado com outros municípios. Relativamente às contas da Ficavouga, disse não ter ainda os dados, mas vai pedir aos serviços que lhe façam chegar essa informação. Sobre o Tribunal, disse que o presidente da Assembleia Municipal estaria mais dentro do assunto e dar uma resposta mais assertiva. Sobre o site, ficou a nota para o Diretor de Departamento tomar as medidas necessárias para que as atualizações sejam mais sistemáticas.-----

Respondendo à questão feita sobre o tribunal, o **Presidente da Assembleia Municipal** informou ter ido com o presidente da Câmara a uma reunião em Lisboa, com mais representantes de dez municípios. Disse que a senhora Ministra da Justiça ouviu mais de cinquenta municípios em três dias e que estava irredutível. Referiu que os presidentes de câmara foram com intervenções mais políticas, mas ela queria coisas mais práticas, técnicas e mais concretas sobre a matéria em apreciação. Quanto ao nosso caso, disse termos uma pequena esperança, porque de todos estes tribunais que estão para encerrar, somos um caso único porque pertencemos à Comarca Piloto, não temos tribunal há três anos, temos é dois juízos a funcionar, um criminal e um de pequena e média instância cível. Espera que essa mensagem tenha passado. A reunião foi marcada, pela senhora Ministra, com caráter de urgência para hoje, mas com uma obrigação. Ele tinha de convidar o senhor Secretário Judicial e se ele não aceitasse o convite, tinha de ligar para o Ministério que, por sua vez, notificava-o para acompanhar o senhor presidente da Câmara e levar os dados estatísticos do dia anterior. Informou que iria articular com o presidente de câmara qual será a melhor maneira de informar os deputados oficialmente. -----
Depois de concluídas as intervenções registadas no “período de antes da ordem do dia”, foram suspensos os trabalhos por um período curto, com vista à realização de um pequeno intervalo.-----
Alguns minutos depois, foram reiniciados os trabalhos, passando-se ao “Período da Ordem do Dia”.-----

----- 2 – Ordem do Dia -----

2.1 – Mapa de Pessoal 2013: - O presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao vice-presidente para explicar a proposta aprovada na Câmara Municipal sobre o mapa de pessoal para o ano de 2013. -----

O vice-presidente fez uma curta introdução, explicando os aspetos mais importantes e relacionados com a proposta apresentada, acrescentando que daria a palavra ao Diretor de Departamento para esclarecimento de alguma questão mais técnica. -----
Seguidamente, o presidente da Assembleia Municipal perguntou aos membros se a proposta, que foi aprovada no executivo, merece alguma consideração ou alguma dúvida. – O membro Nuno Ferreira aproveitou para perguntar se o mapa de pessoal previa a colocação de trabalhadores da Vougapark ou se não era necessário estarem previstos. O Diretor de Departamento respondeu que essa situação ainda não está no quadro de pessoal, porque a Vougapark ainda não foi dissolvida, ou seja, será alterado posteriormente caso venha a ser aprovada a proposta de dissolução da empresa municipal. Na sua opinião, caso seja aprovada a dissolução e ser possível a transição da única funcionária para a autarquia a mudança será automática por decorrer de uma imposição legal que obriga à dissolução da sociedade. -----

Após esclarecimentos prestados quanto à única questão colocada, foi submetido o documento a deliberação. -----

No uso da competência conferida ao órgão deliberativo, através do n.º 3, do art.º 5º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 2 do art.º 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, foi apreciado e aprovado, por unanimidade, o Mapa de Pessoal para o ano de 2013, com os votos a favor dos vinte e nove membros presentes. -----

2.2 – Estrutura dos Serviços – Revisão: - Para conformar a estrutura orgânica desta entidade às regras contidas no artigo 25º da Lei n.º 49/2012, de 29 de Agosto, foi elaborada a proposta, nos termos do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, que se traduz numa revisão da “Estrutura e Regulamento dos Serviços Municipais de Sever do Vouga”, publicada no Diário da República da II Série, n.º 13 de 19 de janeiro de 2011. -----

Com esse objetivo, a Câmara Municipal na sua reunião do passado dia 28 de novembro, aprovou uma proposta para ser submetida à apreciação da Assembleia Municipal destinada à aprovação do seguinte número máximo de unidades flexíveis e número máximo total de subunidades orgânicas: -----

a) Número máximo de unidades orgânicas flexíveis: Definir o número máximo de três unidades orgânicas flexíveis, em que cada uma é composta por um chefe de divisão municipal. A sua futura criação dependerá da aprovação por deliberação da câmara, na qual se definirá as respetivas competências.-----

b) Número máximo total de subunidades orgânicas: Definir o número máximo total de oito subunidades orgânicas flexíveis, em que cada uma poderá ser dotada por um coordenador técnico, criadas futuramente por despacho do Presidente da Câmara Municipal que definirá as respetivas competências.-----

A Assembleia Municipal no uso da competência que lhe é dada pelo artigo 6º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, aprovou, por unanimidade, para o máximo de unidades orgânicas flexíveis (três) e subunidades orgânicas (oito), conforme número indicado na proposta do órgão executivo. -----

Votaram a favor os vinte e nove membros presentes. -----

2.3 – Vougapark – Dissolução, Liquidação e Partilha: - Depois de dada a palavra ao Vice-presidente este apresentou uma explicação sucinta sobre a proposta aprovada no órgão executivo e relacionada com a necessidade da tomada de uma decisão por parte dos órgãos colegiais deste município, sobre a dissolução, liquidação e partilha da empresa municipal atenta a informação prestada pelo Revisor Oficial de Contas daquela sociedade, ao abrigo da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto. -----

Após a apresentação da proposta, pelo presidente da Assembleia Municipal, foi concedido um período para análise e discussão da proposta, tendo solicitado aos membros presentes que se inscrevessem. -----

O membro **Álvaro Pinho Duarte** disse que pretendia apenas colocar uma questão, designadamente sobre a relação de bens, onde constam alguns com valores elevadíssimos. Na sua questão indicou como exemplo alguns bens e respetivos valores.-----

Foi dada a palavra ao **Diretor de Departamento**, que explicou ter sido elaborada uma listagem onde foi considerado o preço de aquisição e que adveio da proposta dada pelo empreiteiro no concurso e essa proposta tem vários preços unitários podendo, eventualmente, haver um bengaleiro com um valor mais elevado e outro mais baixo.-----

O **Vice-presidente** comparou a explicação dada às propostas apresentadas noutros concursos, por exemplo, para o Centro das Artes e do Espectáculo, onde uma verba da proposta apresentada por um empreiteiro pode ter um valor elevado e outras de valor muito inferior ao seu custo de mercado. -----

O membro **Álvaro Duarte** comentou que não é tão simples como o vereador diz, porque até gostaria de ver uma cadeira de três mil e seiscentos euros e os demais bens que indicou. O presidente da Assembleia Municipal interrompeu para pedir que não houvesse diálogo entre a assembleia e o executivo, acrescentando que entendia não terem competência para discutir esses pormenores neste órgão, mas teria todo o gosto em fazer chegar ao membro **Álvaro Duarte** a informação que pretendesse sobre a matéria apresentada. -----

A vereadora **Maria Elisabete Martins Henriques** prestou esclarecimentos sobre as questões colocadas.-----

Seguidamente foi dada a palavra a **Rui Manuel Pires da Silva** que disse não poder aceitar algumas coisas que foram ali ditas. Disse que, embora o Vougapark seja uma empresa municipal, recordou que a Câmara Municipal é proprietária de quase cem por cento. Disse não poder aceitar que o acionista principal do Vougapark autorize a compra de bengaleiros no valor de centenas de euros. “Isto é gozar com a nossa cara e brincar com o nosso dinheiro. É por isso que Portugal está como está.” E não queria saber se foi o mais baixo ou o mais caro. “O facto é, quanto é que o Estado está a pagar por um bengaleiro? Tem de ser banhado a ouro. O que isto lhe leva a pensar é que, enquanto isto não veio à Assembleia Municipal, isto era uma brincadeira, era gastar dinheiro porque alguém vai pagar. Vê-se aqui com o Vougapark o que aconteceu com centenas de empresas municipais no país e vê-se a situação a que se chegou. E um armário a custar seis mil euros? Isto interessa-nos e muito.” Disse ser importante e urgente a presença da Diretora do Vougapark nesta Assembleia para explicar estes valores. Quis saber porque é que um bengaleiro para o Vougapark custou centenas de euros. Voltou a referir que a Câmara Municipal tem mais responsabilidade porque tem quase cem por cento do Vougapark. A não ser que aquilo acontecia e “a Câmara fechava os olhos”. “O mais grave disto é que não é só a nós que está a afetar. Sendo lamentável e criminoso que ainda seja possível fazer este tipo de obras que hipotecam completamente o futuro das autarquias e do país. A situação em que está hoje o país e o facto de termos de estar a receber ajuda financeira

deveu-se a estes erros e estas políticas do “mete dinheiro ao bolso”, de alguns, para agora alguém ter de pagar a fatura”, concluiu Rui Silva.-----

O Presidente da Assembleia Municipal, tomou o uso da palavra para dizer que a intervenção de Rui Silva foi dirigida a si. Disse compreender a sua intervenção, pois está-se em época disso, e é de um populismo atroz. “A sua intervenção era boa para ali fazer fora, aqui dentro deste órgão, penso que não. Com o máximo de respeito que tenho por si, e sabe que tenho, demonstra uma certa ignorância, que também sei não é, propriamente, o seu apanágio.” Afirmou considerar que a vereadora esclareceu minimamente. -----
Pese embora ter ocorrido a falha de energia elétrica que condicionou a continuação da discussão deste ponto da ordem de trabalhos, foi submetida a proposta à votação atendendo ao facto de ser necessário saber a posição do órgão deliberativo para a decisão que iria ser tomada na assembleia geral da sociedade agendada para o próximo dia dezoito deste mês de dezembro. -----

Colocada a proposta à votação, no uso da competência que lhe é conferida à Assembleia Municipal, por unanimidade, aquela deliberou conceder autorização ao representante do Município de Sever do Vouga para votar favoravelmente pela dissolução, liquidação e partilha da Vougapark – Parque Tecnológico e de Inovação do Vouga, EM, SA. -----

Deliberação: -----

Na sequência da proposta aprovada na reunião da Câmara Municipal, do passado dia 12 de dezembro último, depois de prestados os esclarecimentos e intervenções feitas pelos membros deste órgão, decidiu a Assembleia Municipal, por unanimidade, conceder autorização para ser votada, em Assembleia-geral convocada para o próximo dia 18 de Dezembro, através do representante legal desta autarquia, a dissolução da sociedade “Vougapark - Parque Tecnológico e de Inovação do Vouga, E.M., S.A.”, com o NIPC n.º 507 760 476 e matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Sever do Vouga sob o mesmo número, constituída sob a forma de Sociedade Anónima, com sede no Lugar de Estação (Edifício Vougapark), 3740-070 Paradela do Vouga SVV e Capital Social de 838.950,00€ (oitocentos e trinta e oito mil, novecentos e cinquenta euros). -----

De igual modo, foram definidas as condições em que o Município de Sever do Vouga pode aceitar no processo de dissolução, liquidação e partilha, que se traduzem na internalização da atividade da empresa nos serviços desta autarquia, incluindo a cedência no momento da liquidação da sociedade da única trabalhadora com contrato de trabalho por tempo indeterminado, conforme o previsto no n.º 6 do art.º 62º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, passando pela transferência para o Município de Sever do Vouga de todos os ativos tangíveis (bens móveis e imóveis), direitos (disponibilidades e dívidas de terceiros) e obrigações (empréstimos e dívidas a terceiros), depois de efetuado o pagamento aos restantes acionistas da quota-parte em numerário que terão direito após o cálculo da partilha do património da sociedade. -----

A dissolução será feita nos termos do art.º 65º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que aprovou o novo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, conforme consta no parecer emitido pelo Revisor Oficial de Contas da sociedade. -----

Para o Município de Sever do Vouga serão transferidos os bens móveis e imóveis, direitos e obrigações para com terceiros, sabendo desde já, conforme comunicação enviada, que o único credor – a Caixa Geral de Depósitos – aceitou a cessão da posição contratual da sociedade Vougapark para o Município de Sever do Vouga, mantendo-se todas as condições exaradas nos contratos celebrados. -----

Aos restantes acionistas, em numerário, será paga a correspondente participação na partilha dos bens, direitos e obrigações que a sociedade detém na data da sua liquidação e partilha.

Esta deliberação foi tomada ao abrigo da alínea m) do n.º 2 do art.º 53º da LAL – Lei das Autarquias Locais, aprovada através da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro. -----

O texto da deliberação, foi aprovado em minuta, nos termos do n.º 3 do art.º 92º da LAL, para a sua execução imediata. -----

Neste ponto da ordem de trabalhos votaram a favor os vinte e nove membros presentes. ----
Verificando-se uma falha prolongada de energia elétrica sugeriu o presidente da Assembleia Municipal que se continuasse esta sessão na próxima segunda-feira, dia dezassete de dezembro, pelas dezoito horas. -----
.....

Tendo havido uma falha de energia que forçou a interrupção da sessão, a mesma foi retomada no dia 17 de dezembro, tendo-se procedido à chamada, constatando-se a presença dos membros:-----

1. Albino Tavares de Pinho -----
2. Alexandre Paulo Tavares Machado -----
3. Álvaro Pinho Duarte -----
4. Ana Raquel Machado e Costa -----
5. António Manuel Martins de Bastos -----
6. António da Silva Portela -----
7. Belmiro Manuel Marques -----
8. Carlos Alexandre Arede da Silva -----
9. Claudino da Fonseca Soares -----
10. David Dias Cabral -----
11. David da Silva Alves -----
12. Ercília Maria Marques Pedro -----
13. Harolde Soares da Silva Balaias -----
14. João Pereira Henriques -----
15. José Carlos Ribeiro de Sousa -----
16. José Luís da Silva e Almeida -----
17. José Manuel Barbosa de Almeida e Costa -----
18. Júlio Martins Fernandes -----
19. Manuel Eduardo Nogueira Dias da Silva -----
20. Marco Nuno Tavares Rocha -----
21. Mário Coutinho Martins -----
22. Nuno Miguel Pereira Martins Ferreira -----
23. Renata Liliana da Costa Marques -----
24. Rui Manuel Pires da Silva -----

----- Faltaram neste dia da sessão: Isabel Maria Soares Santos, Joana Patrícia da Silva Rodrigues e Rui Manuel de Jesus Nunes, cujas faltas foram justificadas, por terem informado, na sexta-feira passada, que não podiam estar presentes neste dia.-----

----- Da Câmara Municipal foram registadas as presenças de António José Martins Coutinho, Vice-Presidente; Raul Alberto da Conceição Duarte; Maria Elisabete Martins Henriques e João Miguel Tavares de Almeida, Vereadores.-----

----- Depois de reiniciados os trabalhos desta sessão, o Presidente da Assembleia Municipal passou a ler um documento elaborado pelo Presidente da Câmara Municipal, a pedido do mesmo: -----

Como não poderei estar presente na sessão de hoje da Assembleia Municipal, quero informar que não houve, nem há, gestão danosa no Vougapark. O que há, por parte de alguns, é desconhecimento da lei e dos procedimentos legais a que as autarquias e empresas municipais estão sujeitas. E que nós procuramos cumprir religiosamente. As adjudicações de obras e fornecimentos são feito, nos termos da lei, à proposta mais vantajosa (agora quase sempre a mais baixa porque o Tribunal de contas assim o impõe), isto é, àquela que, globalmente, somamos todos os preços unitários vezes quantidades, que variam muito de concorrente para concorrente, for a proposta mais baixa (vantajosa). Pode haver preços unitários em determinados itens muito baixos ou muito altos, consoante os concorrentes. O que conta é o preço global tudo somado. Foi assim no Vougapark. É assim em todas as empreitadas. Isto faz lembrar os célebres episódios da mobília da Biblioteca e das sanitas do Centro das Artes e do Espectáculo, que deram direito a fiscalização do IPLB e da IGAT, respetivamente, para se concluir que tudo estava dentro da lei, como não poderia deixar de ser. Não vale a pena chover no molhado, mas, se necessário poderá fazer-se ação de esclarecimento/formação pela CCDD-C para esclarecer quem teima em não ser esclarecido sobre os procedimentos legais nos concursos de empreitadas e fornecimentos. A mim já não ofende quem quer. Mas podem sentir-se ofendidos os júris, a CCDD-C/QREN, a CIRA e o Tribunal de Contas que

fiscalizaram os procedimentos concursais e a adjudicação em causa. E, também, o IFDR que manda no dinheiro do QREN e visa todos os autos de medição com a indicação dos preços unitários e quantidades, já para não falar nos administradores da Martifer, A. Silva Matos, Seveme, Escola Profissional de Aveiro, que compõem o conselho de administração do Vougapark e que se poderão, esses sim, sentir caluniados por serem pessoas com currículos invejáveis e, certamente, com maiores capacidades de gestão do que quem põe em causa, por ignorância, a sua gestão. A gestão danosa é um crime pelo que, julgo eu, o senhor presidente da Assembleia Municipal, como presidente do órgão onde tão grave acusação foi proferida deve remeter certidão da acta sobre este assunto ao Ministério Público, para que tudo seja apurado (a não ser que o deputado em causa publicamente se considere esclarecido e retire o que disse). Quem sabe se o crime de gestão danosa não se converterá em crime por calúnia ou difamação. É altura de dizer basta a tanta maledicência e irresponsabilidade. Na política, e para a sua credibilização, precisamos cada vez mais de pessoas competentes e isentas, mas também com bom senso e com seriedade intelectual, mesmo quando se está na oposição. A “politiquice” e os “politiqueiros” é que descredibilizam as instituições democráticas... e falar-se do estado de desgraça do país a propósito do assunto em discussão na Assembleia Municipal de sexta-feira, relacionando ambos, é, para não dizer outra coisa, de uma deselegância e incompetência enormes. Felizmente, o Município e seus serviços estão, em termos de gestão orçamental, entre os melhores do país. É só ver os dados da DGAL e a informação financeira que remetemos sexta-feira na comunicação escrita à Assembleia Municipal. Já agora, aproveito para solicitar ao senhor presidente da Assembleia Municipal a remessa de cópia do e-mail lido na Assembleia Municipal de setembro sobre um concurso de pessoal, em que “terão” havido irregularidades, com base numa queixa de “ninguém”! A senhora deputada que o leu ficou de entregar cópia, que aguardo para análise pelos serviços jurídicos. É que, não fazendo eu parte do júri e nada tendo a ver com as suas deliberações nem com o serviço de Coimbra que fez a avaliação psicológica no concurso, há pessoas que fazem parte dos serviços e do júri que me manifestaram a sua estupefacção face a tal queixa, uma vez que no processo de concurso foi respondida, com fundamento legal, à única reclamação existente. Como quero tudo esclarecido, terei que confrontar o júri e funcionários com o teor do e-mail e, se assim se entender, nomeadamente pelos serviços jurídicos, remetê-lo para o Ministério Público para fazer as averiguações que entender.-----

Após a leitura do documento, o deputado **Rui Manuel Pires da Silva** dirigiu-se ao Presidente da Assembleia Municipal para dizer que o Presidente da Câmara Municipal, no documento, acusa-o, indiretamente, de ignorância e “eu acuso-o de cobardia, porque é de uma cobardia muito grande”.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** interrompeu a intervenção de Rui Silva para lhe dizer que não permitia intervenções insultuosas e pediu que o membro usasse outros termos. Mais acrescentou que o presidente da câmara tinha justificado as duas faltas à sessão.-----

Continuando, o membro **Rui Manuel Pires da Silva** disse que, “o facto de ele ter a falta justificada, e já que lhe deu a liberdade de escrever o que entendeu, eu como não tenho falta injustificada porque aqui estou, também devo ter a mesma liberdade de opinião.” Referiu que, “o que o senhor Presidente da Câmara me chama de ignorante eu chamo de cobardia com todas as letras porque, se o senhor presidente queria falar comigo poderia tê-lo feito por telefone, por carta, conforme ele quisesse.” Posto isso, quis dizer ao plenário que, tudo o que disse repetiria. Considera que se devia pensar naquilo que se vai dizer e há um aspeto muito importante que, se calhar nem toda a gente sabe, porque o mesmo aconteceu depois da interrupção dos trabalhos, é que o Diretor de Departamento, o Dr. Luís Figueiredo, que está presente e pode desmentir se estiver enganado, acabou por admitir que, por lapso, foi retirada da parte da documentação facultada uma coluna com toda a importância para o caso em que esclarecia que os valores que eram apresentados naquele dossier eram valores na sua totalidade, ou seja, para si, na ausência de alguma informação partia do princípio que aquele valor seria unitário, até porque fazia menção a várias secretárias e parte do princípio que se está a falar de um bem em si. Depois do Dr. Luís Figueiredo ter esclarecido que havia essa falta de informação, considerou que o facto

mudaria completamente, por isso não podia admitir que o senhor presidente da Câmara venha tecer os comentários que ele bem entender, quando há um lapso por parte da Câmara Municipal e não por parte desta Assembleia ou da sua pessoa enquanto membro da assembleia municipal, porque seria irresponsável e uma atitude de gestão criminosa o próprio ter acesso àquela documentação e não os pôr naquela situação que ali estava. Disse que o senhor presidente da Câmara pode lidar mal com a oposição, ou pode sentir-se incomodado com as suas palavras, mas nesse aspeto tem a consciência completamente tranquila e tudo aquilo que disse perante aquele contexto voltava a dizê-lo. “E se o senhor presidente da Câmara entender que se sente lesado e que deve enviar aquilo para o Ministério Público, até calha bem, porque até são precisos processos para justificar a manutenção do Tribunal. Que tenha a liberdade para o fazer que eu depois terei a liberdade para me justificar em sede própria. Eu considero esta declaração do presidente da Câmara lamentável e infeliz, principalmente quando ele sabia que, uma vez mais, ele não ia estar aqui para poder defender-se, mas é de uma cobardia muito grande que ele tenha tido a atitude que teve sabendo que não iria estar cá para ouvir as declarações de quem quisesse falar. Se eu sou ignorante, prefiro continuar na minha ignorância a vida inteira do que ser uma única vez cobarde.” -----

Depois de concedida a palavra a seu pedido e continuando com o mesmo assunto, o Diretor de Departamento explicou que, depois de ouvir as intervenções, constatou que aquela informação estava insuficiente e levava àquela interpretação. A verdade é que faltava lá uma coluna com as quantidades. Pediu desculpa por ter omitido essa coluna e agradeceu o facto de ter sido levantada essa questão para poder ser corrigida, porque este documento foi enviado para os membros tomarem conhecimento, mas o mais importante é para ser enviado para a Assembleia Geral e para a Notária para efeitos de realização da escritura. -----

Seguidamente, foi dada a palavra a **José Luís da Silva e Almeida** que disse pensar que uma intervenção desse tipo não é propriamente a nossa Assembleia, nem é hábito. Não é costume falar dessa forma. Esperava nunca praticar essa linguagem, porque efetivamente se queremos contribuir para o prestígio das instituições e da classe política, em especial quem tem a veleidade ou a pretensão de ser político, não pode usar esse tipo de linguagem e depois, também, não se pode queixar se a imprensa pega nesse tipo de discurso e o publica, tornando-o num caso com uma amplitude maior.-----

Tomando a palavra, o **Presidente da Assembleia Municipal** informou que, durante a intervenção de Rui Silva aquele membro pediu que estivesse presente a Dr.^a Andreia Fonseca, mas por estar de licença de maternidade e com a mãe em estado terminal, não pôde estar cá, mas haveria de haver tempo para prestar os esclarecimentos necessários. ----

Terminado a exposição e discussão sobre a mensagem do presidente da câmara, retomaram-se os trabalhos da ordem do dia, para se prosseguir a sessão no ponto em que fora interrompida pelos motivos já indicados. -----

.....
2.4 – Orçamento e Grandes Opções do Plano – 2013: - O Vice-Presidente da Câmara, António Coutinho, deu uma breve explicação dos principais valores e documentos que integram o Orçamento e as Grandes Opções do Plano para 2013, elaborados conforme prescreve o POCAL, consubstanciados na proposta aprovada pela Câmara Municipal na sua reunião do passado dia 28 de novembro. -----

Depois, colocou-se à disposição dos membros presentes para prestar os esclarecimentos que fossem necessários sobre os documentos apresentados, acrescentando que daria a palavra ao diretor de departamento, caso as mesmas fossem de caráter técnico.-----

Posto isto, foi aberto um período de intervenções, iniciado por **Nuno Miguel Pereira Martins Ferreira**, que começou a sua intervenção por dizer que é hoje, reconhecido por variadíssimas pessoas, de diferentes quadrantes, que o tempo dos territórios se desenvolverem com base na construção de infra-estruturas terminou e que já não vai ser mais possível construir auto-estradas paralelas umas às outras, sem trânsito. Já não vai ser mais possível colocar mármore rosa em algumas escolas deixando outras a chover lá dentro. Assim, como na administração local, não será mais possível construir pavilhões multi-uso com capacidade superior ao número de habitantes do concelho ou piscinas, estádios e rotundas megalómanos. Perguntou se estes investimentos alcançaram os seus

objetivos? Salvo raras exceções, parecia-lhe que não. Disse que, a utilização é baixa e, pior que isso, não foi por essa via que se estagnou a saída de população de grande parte dos municípios. Pelo contrário, o êxodo continuou, exclusivamente, para os territórios que geravam emprego, este sim o grande motivo da deslocalização das pessoas. Afirmou que o fator central desde sempre, e que muita gente se esqueceu, é que as pessoas mudam de local para viver em sítios onde existe trabalho. Num cenário de cada vez menos recursos financeiros será ainda mais difícil, mas os municípios que não conseguirem criar as condições para que a iniciativa privada se instale nos seus concelhos, se desenvolva, crie postos de trabalho, têm um destino seguramente negro. Acredita ser por isso que este deve ser um dos elementos centrais da política de desenvolvimento do concelho de Sever do Vouga: a criação das condições de geração de riqueza. Para isso não é só preciso construir incubadoras ou parques empresariais. Estes são investimentos importantes, mas inúteis se não forem secundados por políticas integradas de apoio à criação e desenvolvimento da iniciativa privada. Disse haver muito a fazer neste domínio, desde ações dirigidas aos nossos alunos até ao apoio concreto das empresas sediadas e na captação de outras que queiram vir instalar-se. Disse não ser isso que vê refletido na proposta de orçamento. Outro dos elementos centrais do que é, e vai ser cada vez mais o *focus* da atuação da administração local, são as pessoas. Disse que, quem esquecer as pessoas está a enterrar definitivamente o seu concelho e que, nos tempos tão difíceis que vivemos e cujo futuro próximo assim continuará, exige-se do poder político local um forte apoio às pessoas, que são a base do nosso concelho. Por isso, gostava de ver um verdadeiro programa de apoio social, de ajuda aos mais desfavorecidos, de criação de condições de vida mais dignas a todos os que necessitam. “Poderão dizer-me que o orçamento já contempla várias iniciativas de apoio desta natureza. É verdade, mas penso que aqui a situação urge uma actuação mais forte, mais integrada, em articulação muito próxima com as instituições de solidariedade social do nosso concelho, para que todos em conjunto consigam melhores resultados nesta luta.” Em suma, disse existirem dois vetores essenciais para o desenvolvimento futuro: as pessoas e a criação de riqueza. E mesmo fazendo tudo isto, se não for bem feito, corre-se o risco de continuar a afastar-nos dos concelhos mais desenvolvidos, pois este é o novo paradigma em que todos vão trabalhar e, claro, quem o fizer melhor, sairá a ganhar. Por isso, é vital pensar-se muito a sério no que queremos ser no médio e longo prazo enquanto concelho, pois se não se acertar nas políticas a implementar, continuar-se-á a perder população, a não gerar riqueza para os que cá vivem e por conseguinte, também a perder serviços públicos, pois estes, infelizmente, apenas existem com forte presença onde há população a residir. Para concluir este ponto da sua intervenção, disse considerar que o orçamento que aqui é proposto poderia ser mais ambicioso nestas duas áreas: pessoas e criação de riqueza. -----

Pretendeu, também, solicitar alguns esclarecimentos sobre determinados valores apresentados na proposta de orçamento. Assim, no capítulo relativo ao Turismo aparece a “Refuncionalização de edifício para equipamento cultural (museu)”, com candidatura aprovada. Pediu que o vice-presidente desse mais algumas informações sobre aquele projeto. -----

Outro aspeto prendia-se com os “Impostos Diretos” que se prevê receber. Contrariando a explicação ouvida na última sessão, sobre a definição das taxas municipais, em que o presidente referia a escassez de empresas que pagam derrama e, infelizmente, fruto da conjuntura atual, afirmou que a previsão é muito pouco optimista sobre o comportamento daquele imposto. Disse prever-se um aumento das receitas em derrama de mais 48.000,00€, relativamente a 2012. Agradeceu que fossem dadas algumas explicações sobre a base utilizada para o aumento das receitas arrecadadas com aquele imposto, assim como do imposto único de circulação.-----

- IUC.....	+35.000,00€/ aumento de 20,6%
- Derrama	+48.000,00€/ aumento de 18,10%

Para finalizar, e pelo que lhe foi dado a perceber, retirando os valores em infra-estruturas desportivas e culturais, aquelas duas áreas não existem do ponto de vista da atividade da Câmara Municipal. Do seu ponto de vista, o desporto e a cultura são duas áreas fundamentais na formação dos jovens e, por conseguinte, da afirmação e sustentabilidade do nosso concelho. Assim, se forem retirados os investimentos em infra-estruturas e em

despesas com pessoal afeto a estas áreas, ter-se-á um orçamento que define aproximadamente 20.000,00€, para apoiar o desporto, em 2013, e 30.000,00€, em cultura, num orçamento total de 9,4 milhões de euros.-----

Seguidamente, o Vice-presidente **António José Martins Coutinho** tomou a palavra para dizer que, relativamente à sua apreciação em relação às apostas do Município, as mesmas são discutíveis, como é óbvio, grande parte do mesmo é uma aposta social. Disse que, quando fala em despesas correntes, muitas delas são para a área social, e estão espalhadas pelo orçamento em várias situações. Tal e qual como esta referência à cultura e ao desporto. Não é apenas essas duas rúbricas. O investimento no museu é cultura. Aquilo que falou dos trinta mil é para a programação normal do Centro das Artes e do Espetáculo. Quanto ao apoio ao desenvolvimento, como referiu, disse estar-se a apostar nisso, pois havia uma zona industrial há cerca de vinte anos e hoje existem seis e as infraestruturas de algumas delas foram construídas ainda há muito pouco tempo. Referiu que, embora haja área industrial significativa, não existem empresários para irem para lá, porque essa é que tem sido a dificuldade atual. Relativamente ao museu, informou ser um dos investimentos previstos, numa candidatura aprovada no Proder para refuncionalização de um espaço e esse nome incomum que aparece é por uma questão de ser enquadrável dentro das medidas do Proder. -----

O **Diretor de Departamento** passou, então, a explicar o que esteve na base dos cálculos da derrama e o imposto único de circulação, dizendo que a regra previsional obriga a que se calcule a média dos últimos vinte e quatro meses de receita arrecadada. Será, portanto, o valor a inscrever como previsão para o ano seguinte. -----

A seguinte intervenção foi de **Rui Manuel Pires da Silva**, tendo começado a dizer que a explicação do senhor vereador, relativamente ao facto de não ter chamado os senhores presidentes de Junta para debater o que consideravam ser mais importante para as suas freguesias, falhou em muitas coisas, porque deveria ouvir-se, independentemente do resto, os senhores presidentes de Junta. Disse que, estes orçamentos, de há uns anos para cá, são simplesmente uma cópia dos anos anteriores. A maior parte das obras que estão naquele orçamento são as mesmas de há uns cinco ou seis anos antes. Se forem analisados os últimos quinze anos, Sever do Vouga teve mais de cento e vinte milhões de euros de orçamentos e o vice-presidente falou que, há uns anos atrás, existia apenas uma zona industrial e agora seis. Considera que o problema é haverem os sítios mas não as condições. Depois, disse ser discutível a questão cultural e desportiva. No seu entender, há alguma, mas muito pouco do que aquilo que se podia fazer. Referiu que, um dos pilares importantes para o desenvolvimento de qualquer município é a cultura. “Arriscamo-nos a dizer que, um dia, teremos um município com muitas infraestruturas, muita obra, mas para ninguém”, porque as pessoas tendem a fugir do nosso concelho. Disse saber que a conjuntura nacional não é muito favorável, mas afirma que a Câmara Municipal tem errado claramente, ao longo destes anos, na aposta de fixação de população, na aposta de políticas económico-sociais, na ausência de mais políticas ligadas à cultura. “O senhor presidente da Câmara já cá está há muitos anos e já devia ter chegado à conclusão que, de facto, a estratégia que ele alinhou para este município em muitos aspetos errou, fracassou e foi muito pouco ambiciosa e continuamos a sofrer do mesmo problema da pouca ambição para aquilo que queremos para o nosso município.” Afirmou estar na altura de esta Câmara Municipal abdicar, de certa forma, em alguma obra e criar condições de fixação da população e mais condições para a instalação de mais empresas no nosso concelho. Disse ser uma das funções da autarquia, o objetivo em criar condições para poder ter mais empresas a trabalhar no concelho, o que acaba por ser bom para o desenvolvimento e combater o desemprego e a desertificação. Disse que todos têm uma expectativa grande em relação ao que vai ser o Vougapark e espera que as expectativas sejam realizadas.-----

Foi dada a palavra ao Vice-presidente **António José Martins Coutinho** que, dirigindo-se a Rui Silva disse-lhe que deveria falar com os presidentes de junta de freguesia e transmitir-lhes a sua opinião em deixar de lado algumas obras. Disse não ter sido feita uma reunião formal com as juntas, porque, entendeu-se, face ao orçamento e às prioridades que havia para considerar no plano de investimentos, não haveria grande margem de manobra para acrescentar mais qualquer projeto. O orçamento não é uma cópia como referiu, sendo um orçamento perfeitamente real e realizável – o que lá está é para ser feito. Afirmou que

muitas obras transitaram de um orçamento para outro porque não estavam terminadas e que os orçamentos e os planos são documentos previsionais e dinâmicos. Relativamente aos aspetos da cultura, disse não concordar nada com a opinião transmitida. Afirma que, a convicção pública e a opinião geral, pelo menos de quem conhece Sever do Vouga, é de que o concelho é conhecido no exterior à custa da aposta que tem sido feita nos últimos anos nos elementos culturais e turísticos da região. No panorama da região, não tem dúvidas que Sever do Vouga é um dos concelhos que mais aposta na cultura e tem programas culturais dos melhores. Muitas vezes, as pessoas não querem usufruir disso, que é um grande mal. Lembra-se de há uns vinte anos o Cinema de Vale de Cambra ter de encerrar porque as pessoas preferiam ir ao Porto, porque era mais chique e acha que, em Sever do Vouga, existe um bocado disso. As pessoas continuam a deslocar-se para outros lados quando aqui têm programas culturais de grande qualidade. Relativamente ao plano de investimentos disse pensar que os presidentes de junta de freguesia estão conscientes dessa situação e aquelas obras que querem ver feitas, algumas delas estão no orçamento. Achou que é preciso todos apostarem na Vougapark e dar contributos para ser aquilo que todos esperam. -----

Em relação ao desenvolvimento económico, disse ter um apanhado de algumas coisas que têm sido feitas e que muitas vezes são esquecidas. Além das zonas industriais que já referiu, há o Vougapark, projetos de dinamização de produtos locais, à volta do mirtilo, aquilo que é hoje um cartão de visita. A criação da Agim, através da qual já foram aprovadas cento e oitenta e tal candidaturas. Gostaria de saber, nessa área agrícola, qual o concelho aqui ao lado, que tenha uma dinâmica semelhante. Sever do Vouga aderiu a programas que outros não têm, para criarmos desenvolvimento económico. Voltou a falar na questão da diminuição da população, que é um tema bastante repetido nesta Assembleia e continua-se a dizer que não acontece só aqui. Será que a estratégia de desenvolvimento falhou apenas em Sever do Vouga? Ou não teve nada a ver com isso? Pode ter a ver com isso mas, também, com outros pormenores. Disse que, os concelhos aqui à volta, e alguns muito industrializados, por exemplo, Estarreja, com grandes empresas, perderam muito mais população do que em Sever do Vouga, quer percentualmente como em número.-----

Passou-se à intervenção de **José Luís da Silva e Almeida**, referindo que a proposta de orçamento do executivo municipal, mais uma vez, reflete a atenção à realidade local e nacional, a redução do valor global nela estimada está em linha com o previsto para o país e, só assim é possível um grau de realização, tão próximo do previsto, como a que se verifica no ano que ora finda. Disse que a situação financeira do município é certificada, pelas entidades e organismos competentes, como boa e isto é também reconhecido pelos seus fornecedores. Para si, o dado mais objetivo. Um orçamento nunca é o que queremos, é sempre o possível mas, temos tido uma linha de continuidade que muito contribui para a boa saúde financeira da nossa Câmara Municipal. *“Contribuir para a melhoria das condições de vida das nossas gentes”*. É a máxima e o objetivo último das nossas políticas concelhias. A aplicação prática deste conceito é transversal, seja na construção, melhoria e manutenção de equipamentos físicos para todos usufruírem, seja na criação de condições para que os nossos jovens tenham acesso a mais e melhor conhecimento, a mais e melhor desporto, a mais e melhor lazer e também no apoio à nossa população idosa. Disse que, o objetivo de manter as atividades de carácter social, que desde há muito são marca deste executivo, merece ser realçado num tempo em que, cada vez mais, as vemos ser postas em causa. Achou que seria fastidioso enumerar o muito que tem sido feito e algum mérito é também da oposição, pois sabemos reconhecer quando têm um sentido realista ao apreciarem e votarem, a grande parte dos orçamentos deste mandato, como foi o caso deste no órgão executivo. Disse ser necessário alertar que, alguns improvisos mais exaltados e precipitados, estilo que não pratica ou aprecia, em nada contribuem para o prestígio desta instituição e para a imagem de quem pretende fazer carreira política mesmo que a nível local. O ditado é antigo, “quem semeia ventos colhe tempestades” depois não se devem é queixar da opinião pública e publicada. Também sabe que têm de fazer oposição e aqui até se lembra de uma entrevista a um futebolista brasileiro quando, o atual seleccionador desse país, lhe dizia como recomendação, “...um zagueiro tem de zagueirar...”. Esteve para compilar alguns textos do PS em Assembleias onde é oposição, para ler aos membros. Com certeza havia uma colagem ao que a oposição diz “... a falta de estratégia disto e a

estratégia daquilo...” mas, não vai por aí; o trabalho e a forma dialogante como este executivo, trata dos assuntos, criaram uma ligação forte com a nossa população - as pessoas. É por isso que estas têm renovado, sistematicamente, a sua confiança no nosso projeto e na nossa equipa, pois, sabem que os tempos não estão para devaneios e a última experiência de mudança, embora de âmbito nacional, é bem amarga. Para concluir disse, praticamente repetindo-se: É obrigação das autarquias contribuírem para a melhoria da qualidade de vida das suas populações. Esta proposta de orçamento não o esquece, e vai merecer a aprovação da nossa bancada. Aproveitou para desejar votos de Boas Festas e um feliz Ano Novo a todos os Severenses onde quer que se encontrem e também a todos os Portugueses, pois bem precisamos. -----

Depois de concluídas as intervenções e o esclarecimento das dúvidas colocadas sobre os documentos objeto de análise, passou-se à deliberação e votação dos documentos previsionais submetidos à apreciação do órgão deliberativo. -----

Deliberação – No uso da competência dada através da alínea b), do n.º 2, do artigo 53º da Lei das Autarquias Locais, os documentos previsionais para o ano económico de 2013, cujo Orçamento de Receita e Despesa é de 9.400.000,00€ (nove milhões, quatrocentos mil euros), com os valores evidenciados nas rubricas por classificação orgânica, económica e funcional, nesta última situação, discriminados nos projectos e acções das Grandes Opções do Plano, com uma dotação definida de 4.216.595,00€ (quatro milhões, duzentos e dezasseis mil, quinhentos e noventa e cinco euros), documento esse que reúne o Plano Plurianual de Investimentos, com despesas de capital previstas no valor de 3.910.000,00€ (três milhões, novecentos e dez mil euros) e o Plano de Actividades Municipais com uma dotação global de 306.595,00€ (trezentos e seis mil, quinhentos e noventa e cinco euros), foram aprovados por maioria, com dezassete votos a favor, dos membros: Albino Tavares de Pinho, Alexandre Paulo Tavares Machado, Ana Raquel Machado e Costa, António Manuel Martins de Bastos, António da Silva Portela, Belmiro Manuel Marques, Carlos Alexandre Arede da Silva, Claudino da Fonseca Soares, David da Silva Alves, Harolde Soares da Silva Balaia, João Pereira Henriques, José Carlos Ribeiro de Sousa, José Luís da Silva e Almeida, José Manuel Barbosa de Almeida e Costa, Júlio Martins Fernandes, Mário Coutinho Martins e Renata Liliana da Costa Marques; e sete abstenções, dos membros: Álvaro de Pinho Duarte, David Dias Cabral, Ercília Maria Marques Pedro, Manuel Eduardo Nogueira Dias da Silva, Marco Nuno Tavares Rocha, Nuno Miguel Pereira Martins Ferreira e Rui Manuel Pires da Silva.-----

3 – Outros Assuntos: - Foi aceite, por unanimidade, a apreciação do seguinte assunto, que foi acrescentado à “Ordem do Dia” neste ponto. -----

3.1 - Protocolo entre o Município e a Rodoviária da Beira Litoral, S.A. – Considerando a necessidade de se manter o serviço público prestado pela Transdev no transporte das crianças para o Agrupamento de Escolas de Sever do Vouga, no âmbito dos transportes escolares, para o corrente ano letivo de 2012/2013, cujos encargos se repartem e abrangem os dois anos económicos, para efeitos do exigido no art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprovou a “Lei dos Compromissos”, foi concedida a autorização prévia para os encargos decorrentes do protocolo celebrado, que se vencerão e serão pagos no próximo ano económico. -----

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade, com os votos a favor dos vinte e quatro membros presentes. -----

-----**3 - Período Destinado ao Público**-----

Não houve intervenção do público.-----

Nada mais havendo a tratar, deu-se como concluída esta sessão, cuja acta em minuta foi aprovada, por unanimidade, no final, para produzir eficácia imediata, tendo sido elaborada a presente acta, que vai ser assinada pelo presidente deste órgão e por quem a redigiu.-----

